INTERCULTURALIDADE CONTRA A COLONIALIDADE E CONTRA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA MORADIA (COLONIALIDADE DO SABER URBANO E REGIONAL)

Ariane Stefania Tabatcheik

Universidade Federal do Paraná | arianetaba@ufpr.br

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: O objetivo desse artigo é abordar estratégias tradicionais de construção ao defender uma retomada de sua adoção, de modo a mitigar os efeitos das mudanças climáticas nas construções contemporâneas. Através do conhecimento de povos tradicionais - cuja existência no território ultrapassa as sociedades urbanas influenciadas pelo processo colonizador e homogeneizador -, juntamente com tecnologias atuais, se faz possível o retorno de práticas construtivas para novas e existentes construções, de modo a prepará-las para os efeitos climáticos extremos. Primeiramente, serão abordados os conceitos de modernidade, giro decolonial e interculturalidade, estudados por autores como Walter Mignolo, Anibal Quijano e Catherine Walsh. Depois, serão apresentados conceitos que demonstram a colonialidade na arquitetura, além de algumas técnicas tradicionais de construção. Por fim, serão apresentados exemplos de construções desenvolvidas com técnicas tradicionais, concluindo que pode ser possível uma transformação nas construções para o combate aos efeitos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: arquitetura decolonial; mudanças climáticas; povos tradicionais.

INTECULTURALITY AGAINST COLONIALITY AND AGAINST THE EFFECTS OF CLIMATE CHANGES ON HOUSING

Abstract: *The objective of this article is to address traditional construction strategies by advocating a resumption of their adoption, in order to mitigate the effects of climate change on contemporary construction. Through knowledge of traditional people - whose existence in the territory goes beyond urban societies influenced by the colonizing and homogenizing process -, together with current technologies, it is possible to return constructive practices to new and existing constructions, in order to prepare them for the extreme weather effects. Firstly, the concepts of modernity, decolonial turn and interculturality, studied by authors such as Walter Mignolo, Anibal Quijano and Catherine Walsh, will be addressed. Afterwards, concepts that demonstrate coloniality in architecture will be presented, as well as some traditional construction techniques. Finally, examples of buildings developed using traditional techniques will be presented, concluding that it may be possible to transform buildings to combat the effects of climate change.*

Keywords: *decolonial architecture; climate change; traditional people.*

INTECULTURALIDAD CONTRA LA COLONIALIDAD Y CONTRA LOS EFECTOS DEL CAMBIO CLIMÁTICO EN LA VIVIENDA

Resumen: *El objetivo de este artículo es abordar las estrategias constructivas tradicionales abogando por una reanudación de su adopción, con el fin de mitigar los efectos del cambio climático en la construcción contemporánea. A través del conocimiento de los pueblos tradicionales -cuya existencia en el territorio va más allá de las sociedades urbanas influenciadas por el proceso colonizador y homogeneizador-, junto con las tecnologías actuales, es posible devolver prácticas constructivas a construcciones nuevas y existentes, con el fin de prepararlas para los extremos efectos climáticos. En primer lugar, se abordarán los conceptos de modernidad, giro decolonial e interculturalidad, estudiados por autores como Walter Mignolo, Anibal Quijano y Catherine Walsh. Posteriormente se presentarán conceptos que demuestran la colonialidad en la arquitectura, así como algunas técnicas de construcción tradicionales. Finalmente, se presentarán ejemplos de edificios desarrollados utilizando técnicas tradicionales, concluyendo que puede ser posible transformar edificios para combatir los efectos del cambio climático.*

Palabras clave: *arquitectura decolonial; cambio climático; pueblos tradicionales.*

INTRODUÇÃO

O mundo está desconjuntado. Na opinião de muitas pessoas, isto é verdade nos dois sentidos do termo. O mundo está em desordem e enlouqueceu. Deambulamos sem objetivos e confusos, a defender umas coisas e atacar outras. (Beck, 2017, p. s/n.).

Esse artigo objetiva trazer luz a práticas de construção tradicionais utilizadas por povos originários, cujo conhecimento milenar sobre as condições naturais do território influenciaram a maneira de construir e perdurar. Tais metodologias podem ser uma resposta às necessidades de adaptação de edificações, que precisam se tornar resilientes para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas.

A colonização, que iniciou na época da invasão europeia, se transformou através da modernidade e até hoje induz nossa maneira de agir e de morar, o que impede a arquitetura brasileira de se desenvolver e se reinventar, com base em seus próprios saberes. Se faz necessário, portanto, uma fragmentação da concepção da arquitetura brasileira, que é baseada na colonialidade europeia ocidental do saber, e um reordenação conceitual de técnicas construtivas e projetuais, adaptadas para suportar a atual situação das mudanças climáticas e das que estão por vir.

Num primeiro momento, o texto apresenta os conceitos de modernidade, giro decolonial e interculturalidade. A modernidade só se fez possível com a “descoberta da América” por parte dos europeus colonizadores, no século XV (Quijano, 1988). Ao explorar até a exaustão nossos povos e nosso meio natural, simultaneamente repetindo o processo no continente africano, os colonizadores enriqueceram às nossas custas e, conforme Moore (2015), iniciaram o processo das mudanças climáticas. Além disso, também colonizaram nossos modos de viver e inferiorizaram nossas culturas, línguas e religiões. Depois de muito silêncio e de tentativas pontuais de contrariedade, o movimento do giro decolonial e o conceito de interculturalidade vêm para trazer luz a vários e diferentes possíveis caminhos alternativos, que os colonizados podem percorrer para se livrar das correntes da modernidade europeia ocidental.

Na segunda parte do artigo, são apresentados conceitos que demonstram como a colonialidade e a modernidade atingiram a arquitetura e as cidades brasileiras.

Um terceiro ponto abordado no texto são as técnicas construtivas desenvolvidas por povos originários que aqui viviam há milhares de anos, muito antes da chegada dos colonizadores. Nelas, é possível notar a preocupação desses povos em relação às características locais, conservando suas particularidades, preservando a riqueza da heterogeneidade das culturas e saberes. Também são apresentadas construções contemporâneas que se utilizaram de técnicas e materiais locais, como um centro comunitário em Bangladesh e a primeira biblioteca de uma cidade localizada em um país africano.

Por fim, conclui-se que, para que uma construção possa servir de abrigo frente aos efeitos das mudanças climáticas, cujo ponto de partida se deu com o início da colonização, se faz necessário uma (re) abordagem na maneira de construir, mesmo que essa mudança seja algo

utópico e distante. É preciso, portanto, uma fragmentação da concepção da arquitetura brasileira, que é baseada na colonialidade europeia ocidental do saber, e uma reordenação conceitual de técnicas construtivas e projetuais, adaptadas para suportar os atuais efeitos das mudanças climáticas e os que estão por vir.

Com relação à metodologia, conforme Gerhardt *et al* (2009), a pesquisa é de abordagem qualitativa, pois procura compreender o porquê das situações analisadas e oferecer o que pode ser feito. Apresenta-se como de natureza aplicada, pois objetiva demonstrar possíveis técnicas de aplicação prática em edificações.

MODERNIDADE, GIRO DECOLONIAL E INTERCULTURALIDADE

A modernidade como categoria se inicia na Europa, sendo um conjunto de trocas que ocorreram em um mundo submetido ao domínio europeu, desde o final do século XV (Quijano, 1988). Porém, o processo de criação da modernidade se dá na América, tendo uma relação direta com a construção da história da América Latina (Quijano, 2005).

Para existir a modernidade ocidental eurocêntrica, foi preciso classificar o mundo não-europeu como inferior e ultrapassado para denominar o mundo europeu como superior e *moderno*. Os europeus ocidentais dominaram mentes, corpos e territórios, se proclamando como os “salvadores do mundo”, pregando que existe um jeito de viver (Krenak, 2019) através da aplicação do modo de vida europeu e a homogeneização cultural. Para Quijano (1988), [...] a modernidade é uma forma ideológica legitimadora de práticas políticas que vão claramente de encontro com seu discurso, enquanto as práticas sociais modernas são reprimidas porque não podem ser legitimadas por nenhuma instância das ideologias dominantes.” (Quijano, 1988, p. 15, tradução nossa).

Conforme Quijano (2005), antes da colonização da América, não existia o conceito de raça. Indígenas, negros, mestiços, brancos, europeus, são termos que só surgiram depois que os espanhóis e portugueses invadiram o território tido como América. O termo europeu, assim como espanhol e português, que até então eram utilizados com uma função geográfica, passaram a apresentar um sentido racial, principalmente por representarem os colonizadores. Os colonizados pelos europeus foram rotulados como inferiores, tanto em relação à sua localização geográfica quanto às suas características fenotípicas e culturais. “Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.” (Quijano, 2005, p. 118).

Assim também se fez a divisão de trabalho: racista, colonizadora e exterminadora. O controle sobre o trabalho das “raças” também era o controle de uma população “[...] através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais.” (Quijano, 2005, p. 119). Os brancos europeus, ao tirarem proveito e enriquecerem com a exploração do

trabalho escravizado dos povos originários e das matérias primas aqui presentes, também se beneficiaram com a posição geográfica do continente dominado e obtiveram o controle sobre o comércio e sobre o tráfico mundial de mercadorias. “Uma nova tecnologia de dominação/ exploração, neste caso raça/ trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido.” (Quijano, 2005, p. 119). Em relação ao extermínio de muitos dos povos originários que aqui viviam há milhares de anos, um dos motivos foi a exploração desses corpos até a total exaustão, ou seja, trabalharam até morrer (Quijano, 2005).

Paralelamente, conforme Moore (2015), esse foi o ponto inicial das mudanças climáticas que estamos presenciando atualmente. Além da adoção do termo *sustentável* por governos e incorporações, o qual generaliza os problemas e os culpados pela crise climática, esses mesmos agentes adotaram o termo *antropoceno* para nomear e classificar o ponto inicial das mudanças climáticas, o qual o relacionam com as revoluções industriais. Porém, como apresenta Moore (2015), o real ponto de início se dá na época da colonização europeia ocidental, no século XV, e até antes. Foi a possibilidade das *relações* entre colonizadores e colonizados, permitida pelas navegações, o grande ponto de inflexão para a crise climática, pois foi nessa época que iniciou a interminável acumulação de capital por parte dos colonizadores (Moore, 2015). A relação entre colonialidade, que iniciou com a colonização, e o capital, representa a inauguração da crise climática.

GIRO DECOLONIAL

O termo giro decolonial é abordado pelo filósofo portoriquenho Nelson Maldonado-Torres, em 2006, juntamente com outros autores, que também fazem parte desse movimento. O objetivo é desenvolver conceitos em relação à essa linha de pensamento, sempre com o intuito de reverter a colonialidade:

O giro decolonial é a abertura e a liberdade de pensamento e de formas de vida-outras (economia-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica e da modernidade de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser e objetivo a decolonialidade do poder (quer dizer, da matriz colonial de poder). (Mignolo, 2007, p. 30, tradução nossa).

Desse modo, o giro decolonial se apresenta como uma das possíveis soluções ao capitalismo e todas suas instituições, fomentadas pela modernidade e pela colonialidade europeia ocidental. “O caminho é longo, o tempo é curto e as alternativas não são muitas.” (Castro-Gomes; Grosfoguel, 2007, p. 21, tradução nossa).

A independência dos países e o fim da maioria das colônias de países europeus e dos Estados Unidos não significa que o colonialismo acabou. O termo “independente” se aplica apenas de maneira burocrática e teórica. Agora, não se trata mais da colonização territorial, e sim de uma colonialidade mundial:

[...] a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e com a formação de Estados-nação na periferia. Ao invés disso, nós ajudamos para uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, um processo que certamente transformou as formas de dominação implantadas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia numa escala mundial. (Castro-Gomes; Grosfoguel, 2007, p. 13, tradução nossa)

Como a colonialidade vem de estendendo desde antes do século XV, a decolonialidade se mostra como um processo também a ocorrer a longo prazo (Castro-Gomes; Grosfoguel, 2007), pois a quebra de paradigmas perante um mundo modernizado consolidado se mostra como um caminho difícil a se percorrer.

[...] a decolonialidade é, então a energia que não se deixa gerir pela lógica da colonialidade, nem acredita nos contos de fadas da retórica da modernidade. Se a decolonialidade tem uma gama variada de manifestações [...] o pensamento decolonial é, então, o pensamento que está desapegado e aberto, abrangido pela racionalidade moderna (Mignolo, 2007, p. 27, tradução nossa).

INTERCULTURALIDADE

Em resposta à modernidade, e de certo modo somando-se ao giro decolonial, o conceito de interculturalidade vai ao confronto de heranças coloniais eurocêntricas, vindo de fora dos centros geopolíticos do mundo europeu e com origem principalmente no Equador, com o movimento indígena equatoriano étnico-social (Walsh, 2007). São linhas de pensamento que se convergem, de maneira a buscar uma solução para as crises que se estendem pelo mundo.

O conceito de *Interculturalidade* tem um significado a América Latina, e particularmente no Equador, relacionado a geopolíticas de lugar e espaço, desde a histórica e atual resistência dos indígenas e dos negros, até suas construções de um projeto social, cultural, político, ético e epistêmico orientado em direção à descolonização e à transformação. Mais que a simples ideia de inter-relação (ou comunicação, como geralmente se entende no Canadá, Europa e Estados Unidos), a interculturalidade aponta e significa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política. (Walsh, 2007, p. 47, tradução nossa)

A interculturalidade, de acordo com Walsh (2007), se baseia em conceitos outros à hegemonia do conhecimento eurocêntrica. Ao criar uma política ideológica, construída por povos indígenas transnacionais, a interculturalidade se faz instrumento de descolonização e de mudança. Para isso, se faz necessário que povos e comunidades tradicionais estejam presentes em decisões políticas, sociais e econômicas.

Para Walsh (2007), a interculturalidade representa “a construção de um novo espaço epistemológico que incorpora e negocia os conhecimentos indígenas e ocidentais (e tanto suas bases teóricas como as experimentais)” (Walsh, 2007, p. 52.).

a interculturalidade indica uma política cultural e um pensamento oposicional, não baseado simplesmente no reconhecimento ou na inclusão, mas sim dirigido à transformação estrutural sócio-histórica. Uma política e um pensamento que tendem à construção de uma proposta alternativa de civilização e sociedade; uma política a partir de e para a confrontação do poder, mas que também proponha outra lógica de incorporação. Uma lógica radicalmente distinta das que orientam as políticas estatais de diversidade, que não busque a inclusão no Estado-nação como está estabelecido, mas que, ao contrário, conceba uma construção alternativa de organização, sociedade, educação e governo, na qual a diferença não seja aditiva e sim constitutiva. (Walsh, 2007, p. 52).

ARQUITETURA E TEORIA URBANA COLONIALIZADA

No ensino de cursos como arquitetura e urbanismo e engenharia civil, os métodos de construção tradicionais, oriundos de técnicas utilizadas pelos povos que vivem aqui há milhares de anos, não são considerados como uma tecnologia construtiva, nem tampouco estudados como são as edificações europeias e norte americanas. A colonialidade também se faz presente na maneira de morar e de construir as moradias, podendo aqui ser chamada de *dupla colonialidade*, por apresentar domínio tanto europeu quanto norte americano.

Vale ressaltar a abordagem de Antônio Bispo dos Santos em seu livro *Colonização, quilombos: modos e significações*. Nele, Santos (2015) destaca que a Ditadura Militar (1964-1985) ampliou e aprofundou esse processo da influência dos Estados Unidos sobre o Brasil, intensificando a violência contra os povos tradicionais e promovendo a imposição de um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos.

Conforme Santos (2015), durante o Estado Novo, Getúlio Vargas fez um acordo com os Estados Unidos, de enviar soldados brasileiros para lutar na Europa, o que serviu para acelerar um processo de modernização industrial e militar no Brasil, financiado pelos norte-americanos. Paradoxalmente, enquanto os brasileiros lutavam contra o holocausto na Europa, no Brasil, o Estado promovia a expropriação de terras e o genocídio das populações tradicionais.

O autor argumenta que o "lixo" da guerra, como tanques, caminhões, tratores e agrotóxicos, foi descartado no Brasil, sendo utilizado para impulsionar a modernização da agricultura e a destruição dos modos de vida tradicionais. Além disso, a alfabetização em massa, promovida pelo Estado, foi utilizada como ferramenta para desqualificar os saberes tradicionais e facilitar a transição para a agricultura industrializada.

Na Ditadura Militar, além dos confrontos físicos, aconteceu também um confronto sutil, porém muito mais sofisticado que envolveu os mais diversos setores da sociedade brasileira. Falo da tentativa de desmantelamento e de substituição compulsória dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado as comunidades contra colonizadores, lhes foi oferecido como oportunidade de "melhoria" das suas condições de vida. (SANTOS, 2015, p. 52).

Essa desvalorização de saberes tradicionais se expandiu para diversas áreas, através da colonialidade do saber, chegando também na maneira de construir.

Na arquitetura, o estilo Moderno ou Modernista – que apresenta as mesmas características homogeneizadoras da modernidade como categoria –, apesar de ter contribuído e ainda contribua de maneira significativa para a concepção projetual, tem uma vertente chamada Estilo Internacional, que defende que uma mesma edificação, com um mesmo projeto, possa ser construída em qualquer lugar do mundo, sem considerar suas particularidades. Embora haja muitas críticas sobre essa vertente em especial, vemos sua perpetuação nas moradias de programas habitacionais governamentais como o Minha Casa Minha Vida, além de estar presente em edificações particulares, onde percebe-se a repetição de padrões, simplesmente baseadas em tendências de mercado. Na arquitetura, ainda se entende por tecnologia avançada os métodos europeus e norte-americanos.

Não obstante, além dessas há outra circunstância que dificulta a continuidade histórica em nossas cidades. Tal continuidade necessita do respeito à cidade e à arquitetura existentes, e esta é uma característica bem geral da mentalidade latino-americana, da parte sul do continente – característica que começa a ser revertida –, o desprezo pelo passado e o entusiasmo pela modernidade, por tudo o que represente – geralmente, de modo superficial – o progresso. (Waisman, 2013, p. 65)

Ao contrário das construções baseada na homogeneização eurocêntrica ocidental, as técnicas arquitetônicas indígenas não apresentam um padrão construtivo geral; são heterogêneas, assim como cada grupo, pois consideram suas próprias particularidades. Em suas construções, são aplicados aspectos culturais, sociais, naturais e climáticos de cada povo e de cada região em que se encontram, ou se encontravam (Waisman, 2013).

Em relação ao planejamento urbano, as cidades nos abrigam e ao mesmo tempo nos condicionam, sendo estas o palco da reprodução do capitalismo. São nelas que ocorre a espoliação urbana diária dos moradores (Kowarick, 1979), submetidos muitas vezes à péssimas condições de moradia, precisando perder boa parte de suas vidas no roteiro casa-trabalho e trabalho-casa, sem tempo para se questionar o porquê aceitar tais condições. São nas cidades que a aceleração das mudanças climáticas ocorre, com veículos e fábricas lançando poluentes no ar que humanos e não humanos respiram (Krenak, 2019).

Conforme Magalhães e Tonucci Filho (2018), o atual cenário da teoria urbana trata de diversas abordagens em âmbito mundial. Os autores abordam no estudo analisado algumas vertentes latino-americanas. Uma das autoras apresentadas é Jennifer Robinson, a qual afirma que as cidades do norte global são usadas como referência para definir o conceito de centros avançados e dinâmicos, enquanto as cidades dos países do sul global são consideradas atrasadas e inferiores. A partir dessa lógica, pode-se relacionar a afirmação de Robinson (2006) com o artigo de Limonad (2013), no qual a autora trata sobre o crescente consumo do espaço em países do sul global, influenciado pelo desenvolvimento do capitalismo, de modo

a mantê-lo em funcionamento, mesmo que isso custe a extinção de espécies e tradições culturais.

Evidencia-se, assim, a contradição básica entre a produção de valores de troca e valores de uso, entre a reprodução do capital e a reprodução de grupos sociais não hegemônicos, entre a dominação e a apropriação social do espaço. Com base nessa contradição irrompem conflitos sociais diversos em disputa pelos meios que garantam sua sobrevivência e reprodução. (Limonad, 2013, p. 124).

Robinson (2006) defende as cidades que não são encaixadas no “perfil da metrópole industrial ocidental”, dizendo que elas apresentam “vitalidade e criatividade”, por manterem suas particularidades ao invés de sucumbirem totalmente para a globalização, e traz o conceito de cidades ordinárias. Conforme Robinson (2006), as cidades são “melhor compreendidas” quando classificadas como comuns e ordinárias, e que, se for para as cidades globais serem consideradas como o *exemplo de cidade*, que o sejam também o uso dos recursos urbanos, levantando assim uma crítica pós-colonial aos estudos urbanos. Os recursos urbanos são, inicialmente, recursos naturais, que foram transformados em recursos urbanos.

Desmatam-se florestas, em seu lugar plantam-se outras árvores, eucaliptos, pinheiros ou monoculturas alienígenas. Explora-se petróleo em alto mar em campos marítimos com nomes sugestivos como jubarte, garoupa, etc. Não se tratam de homenagens à fauna marinha, mas de justificar a exploração de petróleo ou gás natural em áreas de reprodução desses animais, alguns ameaçados de extinção. (Limonad, 2013, p. 124).

ARQUITETURA ORIGINÁRIA

O consumo crescente do espaço, ao mesmo tempo em que propicia a manutenção e sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade, contribui para destruir a base de subsistência e de reprodução de grupos nativos originários. (Limonad, 2013, p. 125).

Oliveira *et al* (2022), com base nos estudos de diversos autores, dentre os quais são referenciados aqui Prudente (2007 e 2017), Weimer (2005), Waurá (2020), Schmitz (1969 e 1988) e D’Angelis e Veiga (2003), traçam um panorama sobre as habitações dos povos indígenas Mbyá-Guarani, Kuikuro e Kaingang, localizadas em três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Pampa. Os autores destacam como os povos originários que residiam nesses biomas desenvolveram técnicas construtivas adaptadas às condições naturais e às matérias primas disponíveis em cada uma dessas regiões.

Os Mbyá-Guarani considerados pelos autores no estudo, se localizam na extensão da Mata Atlântica, no Rio Grande do Sul. Eles desenvolveram suas casas com coberturas de grande inclinação, geralmente com 40% (ou seja, a cada 1 metro de cobertura, o telhado se inclina 0,40 metro), de modo a escoar as chuvas abundantes do bioma. A implantação das casas se baseia no tipo do solo e na orientação solar, considerando o sol em três posições que representam a morada no céu de três divindades dos Mbyá: a morada de Karaí que representa

o leste, onde o sol nasce; a morada de Jakairá, que representa o sol ao meio dia; e a morada de Tupã, que representa o oeste. As paredes da casa são feitas em cedro e xaxim, e a parte interna do piso é elevado em relação ao ambiente externo, garantindo a drenagem das águas da chuva.

No cerrado, os Kuikuro adaptaram suas moradias para o clima quente e seco ao desenvolvem as moradias num formato composto por extremidades semi-circulares e um centro retangular. A estrutura da casa é composta por madeira bruta, e suas aberturas são estratégicas para ventilação e iluminação. Quanto menos luz recebe determinada parte da casa, mais íntima ela é. No fechamento das paredes, são utilizadas madeira e palha como os principais materiais. No centro da moradia, considerada de grande porte, há espaço para uma fogueira, que aquece os moradores durante a noite, permite cozinhar alimentos e ainda protege os materiais da maloca (casa grande): a fumaça e o calor, ao entrar em contato com a palha, evita a umidade e o apodrecimento desses materiais.

Já no bioma do pampa, foram encontradas moradias totalmente diferentes das demais: as casas subterrâneas. Devido ao clima frio, as primeiras casas dos Kaingang, datadas entre os anos de 440 à 1100, eram circulares e subterrâneas ou semi-subterrâneas, localizadas entre 2,50 à 5 metros de profundidade (Figura 1). As paredes encontradas por arqueólogos eram revestidas com argila fina, enquanto a cobertura das casas era feita com folhas, e localizada um pouco acima da superfície, de modo a garantir a ventilação e iluminação para dentro do ambiente. Depois, foram encontradas tipologias de moradias na superfície, datadas do ano de 1500, aproximadamente. Estas apresentam mais variações, sendo algumas com formato ogival, com cobertura de folhas de palmeira anã e chão batido, outras com formato bifurcado, com cobertura em capim seco.

Figura 1: Ilustração de casa subterrânea grande do povo Kaingang

Fonte: Oliveira *et al*, 2022

Ao analisar as casas desses três povos originários, percebe-se sua preocupação com as condições naturais do entorno, assim como com os materiais a serem utilizados na construção, cuja origem se dá no mesmo território da construção, e cuja exploração se faz de maneira consciente.

Outra questão em relação à essa análise é que a ideia central desse artigo não defende um abandono das técnicas de construção contemporâneas, e sim uma adição de conhecimentos técnicos em torno dos conhecimentos ancestrais.

Promover, garantir e fortalecer múltiplos modos de organização socioeconômica, diversidades étnicas, de raças, de gêneros, de crenças, de usos, de alimentos, enfim, de culturas, parece ser um princípio central para a construção da emancipação social com base no urbano-utopia (Monte-Mór, 2015, P. 68).

Desse modo, é levantada a questão de como podemos proceder com a construção de moradias, e conseqüentemente de outras tipologias construtivas, no momento da história em que nos encontramos, de crises climáticas, sociais e culturais. Monte-Mór (2015) também questiona tais condições e traz como resposta a natureza:

Quais serão as outras/novas condições gerais de (re)produção que podem desenvolver de modo endógeno essas alternativas de diversidades, essas formas complexas que reflitam os múltiplos arranjos socioespaciais que estão por serem construídos, esses processos diversos, combinados e também complexos que possam refletir a busca do possível-impossível do futuro virtual, dos espaços diferenciais, reais-e-imaginados? O que parece ser nosso urbano-utopia virtual, afinal? Imerso na natureza... ou não será!" (Monte-Mór, 2015, p. 68)

O portal Archdaily, um site cujo conteúdo é relacionado à arquitetura, design e planejamento urbano, publicou uma entrevista com Ailton Krenak, na qual o autor da reportagem, Romullo Baratto (2023), faz perguntas à Krenak sobre as cidades, as florestas e o futuro do planeta. Uma das respostas dadas por Krenak, quando o entrevistador pergunta sobre o debate em relação ao meio ambiente, é que "nós somos o *meio* e o *ambiente*", e complementa:

Todo assentamento humano no mundo hoje, principalmente no mundo ocidental, é a reprodução de si mesmo. Mudam os materiais, mas o molde permanece. Por exemplo, aquela coisa feia que é Dubai se considera arquitetura moderna. Ela reivindica isso porque acredita que está dentro de uma tradição. Mas ela está dentro do pior da tradição — e o pior da tradição é reproduzir o colonialismo, o extrativismo... é uma mímica em que parece que você está trazendo alguma coisa de novo, mas não é nada novo; você está apenas atuando na reprodução de um modelo que é o extrativismo. Como vamos imaginar assentamento para os humanos que não expropriam outras formas de vida? (Baratto, 2023, s/n).

Outro questionamento feito por Baratto (2023) é se a floresta tem o que ensinar para as cidades. Krenak responde que:

A pergunta é: com tanto desenvolvimento tecnológico, porque o sapiens não foi capaz de inventar alguma coisa diferente de uma caverna, de um bunker? Um prédio feito de ferro, cimento e concreto é uma caverna. E uma caverna de mau gosto. Será que não conseguimos

criar ambientes permeáveis, onde podemos nos sentir pertencendo aos espaços, em vez de sobre os espaços, em cima deles? (Baratto, 2023, s/n).

Nesse mesmo site, outra reportagem que traz Ailton Krenak como referência é intitulada “Arquiteturas para adiar o fim do mundo”, remetendo ao livro de Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”, publicado em 2019. Camilla Ghisleni (2023) apresenta algumas edificações nas quais se aplicam técnicas construtivas de povos ancestrais, cujas estratégias de projeto mitigam os efeitos das mudanças climáticas. Além disso, Ghisleni (2023) comenta que os povos indígenas possuem um profundo conhecimento do meio natural, o que garante que suas técnicas de construção apresentem soluções específicas para cada região do mundo. Uma das construções apresentadas na reportagem é o Centro Anandaloy (Figuras 2 e 3), um centro comunitário localizado em Bangladesh, que foi construído por mulheres. As técnicas locais foram aplicadas e os materiais utilizados foram o bambu e a taipa, resultando na conexão entre o espaço construído e seus usuários.

Figura 2: Centro Anandaloy, Bangladesh

Fonte: Archdaily, 2023

Figura 3: Centro Anandaloy, Bangladesh (imagem de vista interna)

Fonte: Archdaily, 2023

Outro exemplo apresentado na reportagem é a Biblioteca de Muyinga (Figuras 4 e 5), a qual foi a primeira biblioteca da cidade a ser construída, no ano de 2012. A cidade fica localizada em Burundi, um país africano que faz divisa com a Tanzânia e Ruanda.

Figura 4: Biblioteca de Muyinga

Fonte: Archdaily, 2023

Figura 5: Biblioteca de Muyinga (imagem de vista interna)

Fonte: Archdaily, 2023

Os materiais utilizados foram blocos compactados de terra, alvenaria e telhas de barro cozido, além de paredes com blocos não cozidos, o que auxiliam no conforto térmico dos ambientes. Tanto a escolha dos materiais, técnicas e o formato da edificação foram baseados nas construções e nas tradições locais, com a participação dos moradores, resultando em uma edificação totalmente inserida em sua realidade.

Em 2019, a Escola da Cidade, juntamente com o Povo Kamayurá, localizados na Aldeia Ypawu, no Alto Xingu, Mato Grosso, desenvolveram um Manual de arquitetura Kamayurá. A iniciativa foi das lideranças Kamayurá, com o objetivo de reunir os conhecimentos das técnicas construtivas de suas casas e transmiti-los para os mais jovens que tiverem interesse em utilizar ferramentas digitais. Os conhecimentos sobre as construções são parte da cultura e do modo de vida Kamayurá, e são passados de geração em geração pelos mestres aos mais jovens. Além disso, conforme Forjaz (2019), esse manual seria uma maneira de demonstrar os detalhes construtivos dessas edificações tradicionais e de “fortalecer a transmissão oral dos mestres Kamayurá nascidos no século XX, para os jovens Kamayurá do século XXI.” (Forjaz, 2019, p. 3).

Só as culturas realmente fortes, como é o caso da cultura Kamayurá, conseguem se transformar com o tempo, em um contato tão próximo com os “Karaip”, sem perder as suas raízes e fundamentos. Por isso, a cada geração os jovens escutam e aprender as tradições com os mais velhos, para construir um futuro Kamayurá. A ‘Ok Eté (casa verdadeira), faz parte dessa construção e reconstrução do Ser Kamayurá. (Forjaz, 2019, p. 3)

O manual é composto por desenhos, feitos ou auxiliados pelo povo da aldeia Ypawu. Os desenhos iniciais mostram um mapa geral da aldeia, que é composta pelas construções e pela floresta, além da apresentação dos animais que ali vivem. Depois, o manual apresenta fotos das casas da aldeia e imagens com as etapas de construção da 'Ok Eté (casa Kamayurá tradicional), desde a estrutura até seu fechamento. Além disso, os mestres Kamayurá desenvolveram o desenho de cortes da 'Ok Eté, conforme mostra a Figura 6, e da Casa Lagartixa.

Figura 6: Corte da 'Ok Eté (casa Kamayurá tradicional)

'OK ETÉ
A CASA KAMAYURÁ TRADICIONAL
Corte desenhado pelos mestres Kamayurá

Fonte: Manual de arquitetura Kamayurá, 2019.

Ao apresentar o Manual de arquitetura Kamayurá, juntamente com as edificações anteriores e o estudo de Oliveira *et al* (2022), esse artigo demonstra alguns exemplares da arquitetura originária, seja daqui ou de outros países que também foram colonizados. Conhecer e introduzir técnicas ancestrais no ensino de cursos como arquitetura e urbanismo e engenharia civil seria uma maneira de iniciar uma inversão nas influências europeias e norte americanas, um giro decolonial, e um caminho para a adoção da interculturalidade.

CONCLUSÃO

Limonad e Monte-Mór (2022) exploram o conceito do urbano-natural, um tipo de utopia urbana que almeja “[...] outras relações sociais de produção, outras formas de produzir o espaço social (e diferenciado) e outras formas de vida cotidiana capazes de enfrentar a acumulação capitalista” (Limonad; Monte-Mór, 2022, p. 2). Juntamente, é abordado pelos

autores o conceito de Henry Lefebvre (2019), que defende a revolução urbana através de outras maneiras de produzir a vida, o que pode ser totalmente relacionado à superação da colonização dos modos de vida da América Latina.

Esse quadro instiga-nos a pensar em permanências e reencontros, em potencialidades e possibilidades de desvendar meios de superar a dicotomia e ruptura sociedade-natureza decorrente da modernidade ocidental ou ainda de encontrar alternativas para tornar possível um (re)encontro sociedade-natureza como gérmen de um espaço diferenciado, no sentido lefebvreano, em que o urbano e o natural convergiriam para abrigar práticas alternativas de produção de outro espaço social, outra sociedade e outra relação sociedade-natureza, para mais além do espaço físico da cidade (Limonad; Monte-Mór, 2022, p. 4).

A relação dos conceitos de Lefebvre (2019), na defesa de sua revolução urbana, cujo palco é encenado por uma sociedade outra, juntamente com os conceitos apresentado por Limonad e Monte-Mór (2022), que são as utopias, em especial as utopias urbanas, se conectam à um terceiro elemento, o de Walsh (2007), sobre interculturalidade.

A modernidade europeia ocidental trouxe uma ruptura na concepção do conceito de natureza, de que o ser humano não faz parte da natureza. (Escobar, 2014). A partir dessa ruptura, ao não se reconhecer como parte da natureza, o ser humano explora e destrói o que é natural. Conforme Krenak (2019), para o povo Krenak, o rio, as montanhas e todos os elementos naturais são tratados como entes familiares. Ao considerar o mundo com essa cosmovisão, a percepção muda completamente, e o respeito pelo todo se faz de maneira natural.

O povo Guarani é considerado por alguns estudiosos como um povo nômade, embora isso não se afirme dentre os próprios Guarani (Machado, 2015). O que os faz estar em movimento faz parte do seu propósito de vida. Para eles, o caminhar representa uma melhoria de vida. A jornada dos Guarani se inicia com o sonho, e o sonho os leva para a busca da terra sem mal (Machado, 2015). Para o Guarani, o caminhar materializa a utopia ao permitir se chegar ao território onde “não mais se morre, não há sombra, com a perspectiva de bem viver, é a terra da luz” (Machado, 2015, p. 21). Pode-se relacionar o conceito da busca dos Guarani com os conceitos utópicos da era urbana de Lefebvre (2019). Conforme o escritor uruguaio Eduardo Galeano, que descreve a função da utopia:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar (Galeano, 2004, p. 310)

Conforme Limonad e Monte-Mór (2022), planos que visem uma mudança social precisam se basear no pensamento utópico, pois é ele que permite construir um futuro não definido. Com base nisso, a utopia permite a construção de um mundo que pode se tornar melhor com a aplicação de recursos existentes, já que: “Propostas utópicas semeiam sementes de transformação social plenas de novas possibilidades.” (Limonad; Monte-Mór, 2022, p. 7).

REFERÊNCIAS

BARATTO, Romullo. **Ailton Krenak: Em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela**. ArchDaily Brasil, 2023. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/1007266/ailton-krenak-em-vez-de-operar-na-paisagem-devemos-nos-confundir-com-ela>>. Acesso em: 23 Nov 2024.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade. Lisboa: Edições 70, 2017.

BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**. Madrid: Trotta, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. *In: El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. P. 9-23.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. Bogotá: Editorial UC, 2014.

ESCOLA DA CIDADE E POVO KAMAYURÁ. **Manual da arquitetura Kamayurá**. Aldeia Ypawu: Escola da Cidade e Povo Kamayurá, 2019.

FORJAZ, Cibele. Apresentação do Manual de arquitetura Kamayurá. *In: [ESCOLA DA CIDADE E POVO KAMAYURÁ]. Manual da arquitetura Kamayurá*. Aldeia Ypawu: Escola da Cidade e Povo Kamayurá, 2019, p. 3-4.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. L&PM Editores, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; NEIS, Ignacio Antonio; ABREU, Sabrina Pereira de; RODRIGUES, Rosany Schwarz. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHISLENI, Camilla. **Arquiteturas para adiar o fim do mundo**. ArchDaily Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1006769/arquiteturas-para-adiar-o-fim-do-mundo>. Acesso em 25 nov 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOWARICK, Lucio. **Espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LIMONAD, Ester. "A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis". **Cadernos Metrôpole**, V. 15, n. 29, 2013, p. 123–142.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luís. "Utopias urbanas e o giro decolonial". **Revista Geosp**. São Paulo, 2022, Vol. 26, N. 1, p. 1-22.

MACHADO, Almiros Martins. **Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe“y**: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (a) de mal. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará. Belém do Pará, 2015.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; TONNUCI FILHO, João Bosco Moura. Teoria urbana e geografia econômica nas encruzilhadas Norte-Sul: diálogo pós-estruturalistas e pós-coloniais. *In*: [BRANDÃO Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar org.] **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2018. P. 223-245.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. *In*: [CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón]. **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. P. 25-46.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. *In*: [COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de (org.)] **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p.55-69.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life**. Ecology and the Accumulation of Capital. Londres: New Left Books, 2015.

OLIVEIRA, Maria Alice Corrêa de; COLARES, Lorena Costa; ROCHA, Carolina Salzano; VILLELA, Ana Teresa Cirigliano. “Habitações indígenas em biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Pampa”. **Pixo – Revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**. Pelotas: UFPel, Vol. 6, N. 23, p. 367-387.

PRUDENTE, Letícia Thurmann. Arquitetura Mbyá-Guarani em área de Mata Atlântica: Tipologia arquitetônica da casa de Xaxim do Tekoá Nhüu Porã – Maquiné/RS. Porto Alegre, Iluminuras, p. 280-326 Porto Alegre, v. 18, n. 43, jan/jul, 2017

PRUDENTE, Letícia Thurmann. Arquitetura Mbyá-Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul. Estudo de caso Tekoá Nhüu Porã, p. 1-164, dez. 2007

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: [LANDER, Edigardo org.] **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Editora CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. P. 117-142.

QUIJANO, Anibal. **Modernidad, identidad y utopia em America Latina**. Lima: Sociedad y Políticas, Ediciones, 1988.

ROBINSON, Jennifer. **Ordinary cities:** between modernity and development. Londres: Routledge, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos:** modos e significações. Brasília: INCT, 2015.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Ítara Irene Basile; LA SÁLVIA, Fernando.; LAZZAROTO, Danilo; RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Pesquisas Sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. *In:* [SCHMITZ, Pedro Ignácio] **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil:** Documentos 02. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1988, p. 5-74.

SCHMITZ, Pedro Inácio. Algumas datas de Carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul. *In:* **Arqueologia no Rio Grande do Sul.** Pesquisas, antropologia. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969, p. 47-78.

WAISMAN, Marina. **O interior da história:** historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2011.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. *In:* [CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón]. **El giro decolonial:** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. P. 47-62.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira.** Ed. Martins Fontes, 2005